



RELATÓRIO DE GESTÃO  
E CONTAS 2013

2013

## **ABREVIATURAS:**

### **OMIP**

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

### **OMIClear**

OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A.

### **OMIE**

OMI – Polo Español, S.A.

### **OMIP SGPS**

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.

### **OMEL**

Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.

# 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

**emip**

# ÍNDICE

<b>01</b>	<b>Mensagem da Presidência</b>	<b>06</b>
<b>02</b>	<b>Exercício de 2013</b>	<b>08</b>
	2.1 Enquadramento	
	2.2 Organização	
	2.3 OMI	
<b>03</b>	<b>Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL</b>	<b>12</b>
<b>04</b>	<b>Sistemas de Informação</b>	<b>22</b>
<b>05</b>	<b>Outras Actividades</b>	<b>24</b>
	5.1 Leilões de Colocação de Produção em Regime Especial	
	5.2 Leilões de capacidade na interligação eléctrica entre Portugal e Espanha	
	5.3 Leilão de Espectro Multi-Faixa na Polónia	
	5.4 Desenvolvimento do projecto GPMC	
<b>06</b>	<b>Perspectivas para 2014</b>	<b>26</b>
<b>07</b>	<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>28</b>
<b>08</b>	<b>Accionistas, Órgãos Sociais, Comité de Ética e Participada</b>	<b>30</b>
	8.1 Accionistas	
	8.2 Órgãos Sociais (Triénio 2012 – 2014)	
	8.3 Participada	
<b>09</b>	<b>Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>32</b>
<b>10</b>	<b>Anexos</b>	<b>52</b>
	Certificação Legal das Contas	
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	



**O** ano de 2013 caracterizou-se pela continuação da difícil situação económica a nível mundial e, em particular, pelas dificuldades da União Europeia para adoptar medidas que reactivem a sua economia de maneira eficaz.

Neste contexto tão complexo para os mercados, o Mercado Derivados do MIBEL voltou a crescer, tendo sido negociados 47,44 TWh, que representam um crescimento de 23% face ao ano transacto, num cenário em que a procura de energia eléctrica na Península Ibérica registou uma descida em redor dos 2%, para um volume da ordem de há 9 anos atrás. No que respeita a participantes, doze novas entidades foram admitidas como membro negociador.

Durante 2013 foram igualmente batidos diversos máximos de negociação, dos quais permitimo-nos evidenciar o volume máximo diário de 1,1 TWh, registado na sessão de negociação de 24 de Setembro.

Este desempenho extremamente positivo, traduziu-se num resultado líquido do exercício de quase 600 mil euros.

Por outro lado, e não menos importante, em 2013, foi possível finalizar a estrutura societária do OMI – Operador do Mercado Ibérico, concretizada com realização de um aumento de capital na OMIClear, subscrito na totalidade pelo OMIE, que assim passou a deter 50% da OMIClear, conforme gizada no Acordo Internacional de Santiago.

O ano de 2014 começou com os anúncios do lançamento para negociação e registo de contratos de opções e da redução das comissões cobradas aos membros negociadores a par de um novo regime de garantias, decisões que visam tornar o OMIP mais competitivo e atractivo para os seus clientes.

Estas medidas contribuirão, seguramente, para aumentar a visibilidade do OMIP e reforçar o seu papel como bolsa de energia na Península Ibérica e, indirectamente, no contexto europeu, do mercado interno da energia. Com esta motivação trabalhamos todos os dias para manter a competitividade e criar mais valor para os nossos accionistas e todos os agentes que confiam em nós.

Não gostaríamos de terminar estas palavras sem reiterar nosso agradecimento a todos os accionistas pelo apoio e confiança constantes, bem como reconhecer e agradecer à equipa do OMIP o excelente trabalho desenvolvido. Sem dúvida, eles são o nosso melhor trunfo.



**José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto**  
*Presidente do Conselho de Administração*

**Pedro Jesus Mejía Gómez**  
*Vice-Presidente do Conselho de Administração*

## MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

# 02

**EXERCÍCIO DE 2013**



## 2.1. Enquadramento

O Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República de Portugal e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intradiário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em Junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em Abril de 2004, a qual desempenha as funções de Câmara de Compensação com assunção de Contraparte Central e de Sistema de Liquidação das operações realizadas no Mercado.

O OMIP e a OMIClear, actuam ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecidos, respectivamente, como entidade gestora de mercado regulamentado e como entidade gestora de câmara de compensação com assunção de contraparte central e de sistema de liquidação, registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a supervisão do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do sector financeiro (CMVM e Comisión Nacional del Mercado de Valores) e do sector energético (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia) de ambos os países.

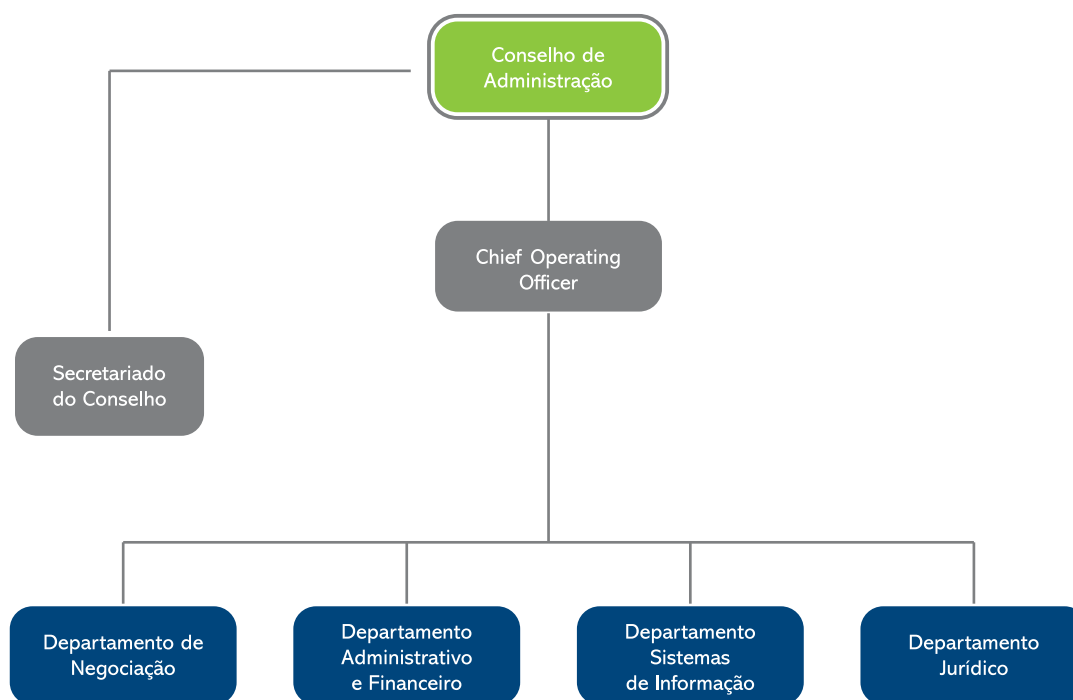
## 2.2 Organização

Em finais de 2013 teve início o processo interno de separação das estruturas organizativas do OMIP e do OMIClear, pelo que a da sociedade, que tem o departamento de negociação como área central da actividade operacional, passa a ser representada de acordo com a Figura 1.

Sem prejuízo disso, todas as áreas de suporte, que nos termos da respectiva legislação aplicável não impliquem exclusividade, prestam os seus serviços em comum com a OMIClear.

Em termos de recursos humanos, a 31 de Dezembro de 2013, a sociedade contava com nove colaboradores (dois do sexo feminino e sete do sexo masculino). A este número acrescem o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, enquanto membros que exercem funções executivas.

Figura 1 | Organização operacional do OMIP



## 2.3 OMI

Em 2011 deu-se efectiva concretização à estrutura societária do OMI – Operador do Mercado Ibérico, conforme previsto no artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redacção que lhe foi dada pelo Acordo de Braga que o reviu; o qual passou a prever que o OMI “*será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respectivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10% e que ambas as sociedades deterão 50% de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...*”. Na Figura 2 ilustra-se o modelo acordado.

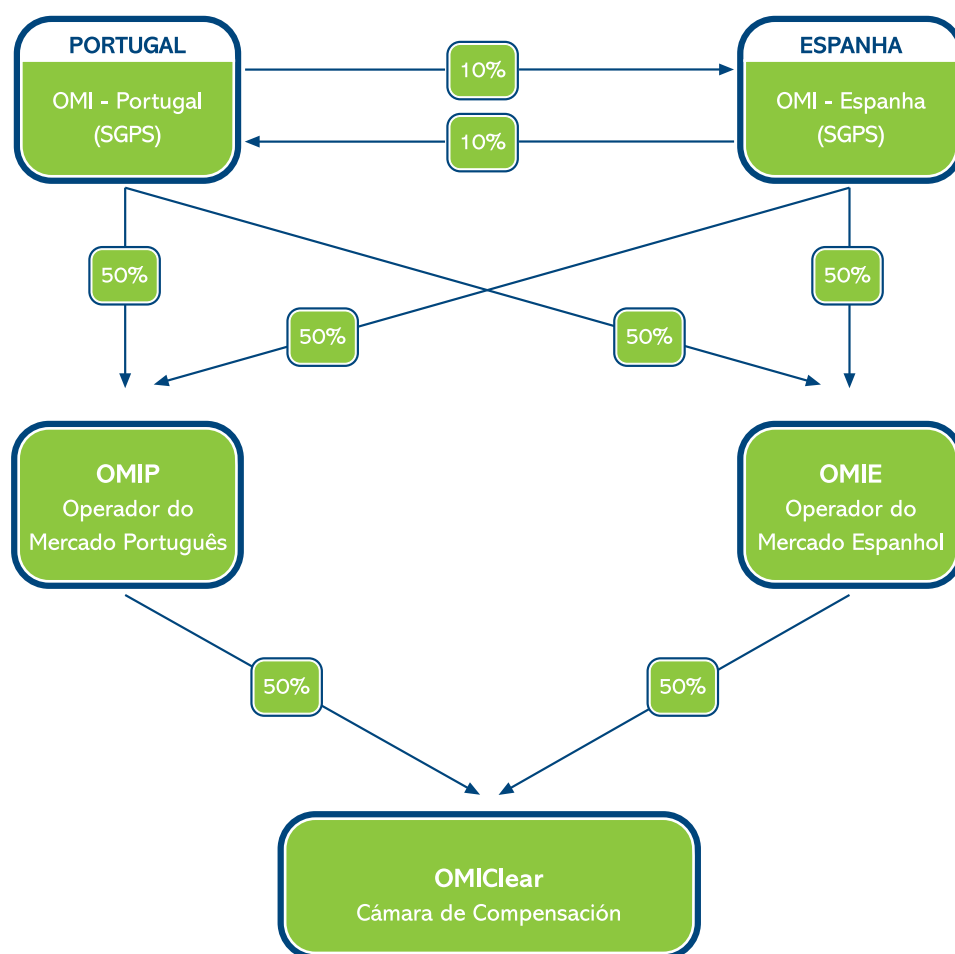
Nesse contexto, em 18 de Outubro de 2011, as sociedades holding OMIP SGPS e OMEL, passaram a deter em partes o capital de cada uma das sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE.

Além disso, implementou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE, que no caso do OMIP foi eleito em 3 de Novembro de 2011 para concluir o mandato em curso 2009-2011 e logo reeleito para o triénio 2012-2014.

Em 12 de Setembro de 2013 concretizou-se a entrada do OMIE na estrutura accionista da OMIClear, a qual foi realizada mediante a realização de um aumento de capital.

Para 2014 os principais objectivos e desafios passam pelo aprofundamento da integração com o OMIE, no sentido de se captarem sinergias para os negócios desenvolvidos.

Figura 2 | Organograma do OMI



A par dos aspectos relacionados com o rearranjo institucional, o ano de 2013 representou o sétimo ano completo de actividade no desempenho das funções cometidas ao pólo português do Operador do Mercado Ibérico de Electricidade.

## 03

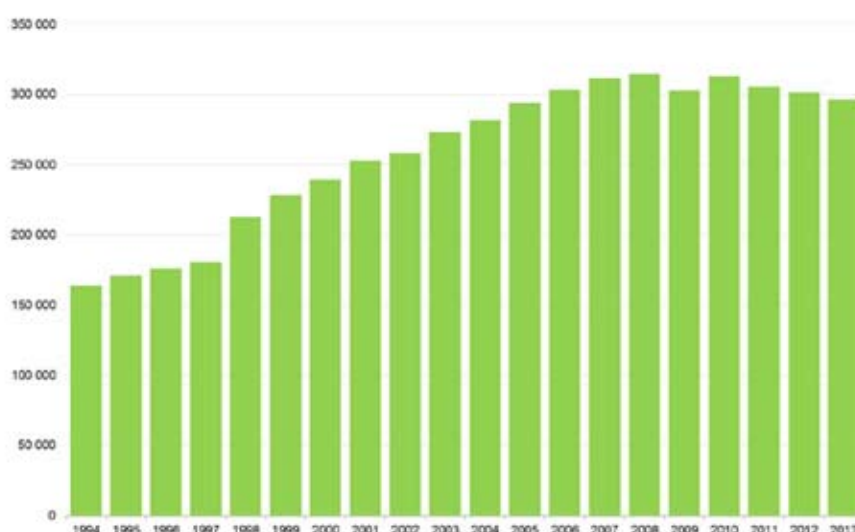
**EVOLUÇÃO DO MERCADO  
DE DERIVADOS DO MIBEL**

Num ano que voltou a ficar marcado pela situação de crise económica e financeira na Europa e, em particular, na Península Ibérica, o OMIP continuou-se a afirmar, no seu papel de bolsa dos derivados ibéricos de energia.

O desenvolvimento do negócio, traduzido em permanentes esforços e acções de melhoria do nível da operação e serviço prestado aos participantes no Mercado, muito contribuíram, ainda para mais num ambiente cada vez concorrencial, para o sucesso e os resultados alcançados.

Como demonstram os valores apresentados no Quadro 1, a actividade do OMIP voltou a conhecer um desenvolvimento positivo no exercício de 2013. Em volume negociado em contínuo, foram alcançados 47,44 TWh, 23,3% acima dos 38,48 TWh negociados em 2012. A mesma tendência apresentou a rubrica relativa ao valor nacional transaccionado, cerca de 14,1% superior ao verificado em 2012. Estes números mais uma vez demonstram a posição do OMIP como entidade de referência neste mercado e contrastam com a evolução do consumo de electricidade, que em Espanha diminuiu 2,1% e em Portugal recuperou 0,2% face ao ano transacto, conforme demonstra a Figura 3.

Figura 3 | Consumo de Electricidade na Península Ibérica



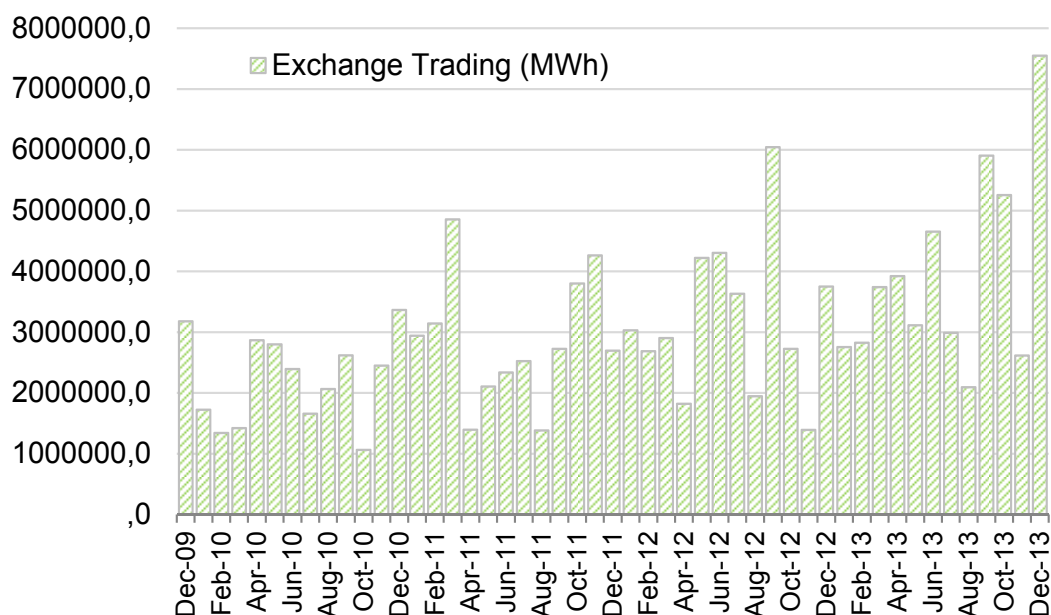
Quadro 1 | Principais indicadores de actividade

	2013	2012
Volume transaccionado (TWh)	47	38
Valor nocional negociado (M€)	2296	2013
Número de participantes	49	39

Em relação ao número de participantes e como se demonstra em detalhe mais à frente, em 2013, o mercado conheceu um exponencial crescimento, tendo sido admitidos 12 novos membros negociadores.

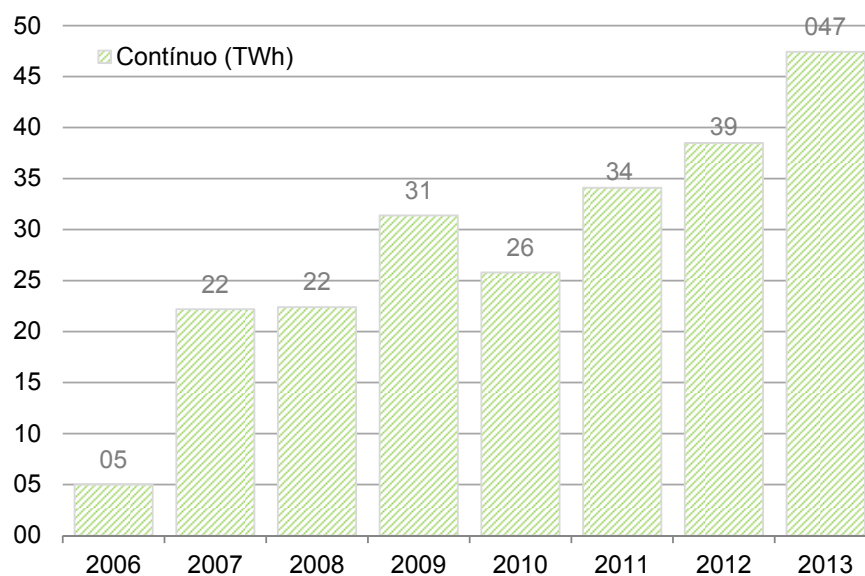
No que respeita aos volumes negociados, o gráfico da Figura 4, mostra claramente que três meses, Setembro, Outubro e Dezembro, se evidenciaram em 2013, tendo superado a fasquia dos 5 TWh. Em primeiro lugar, Dezembro, no qual se alcançou o máximo mensal de 7,55 TWh, seguido por Setembro com 5,90 TWh e por Outubro com 5,26 TWh. No conjunto, estes três meses representaram cerca de 81,5% do volume total negociado em 2013. De referir ainda que em termos médios, foram negociados mensalmente cerca de 3,95 TWh, face aos 3,21 TWh de 2012.

Figura 4 | Volume de Energia Negociada em Mercado (MWh)



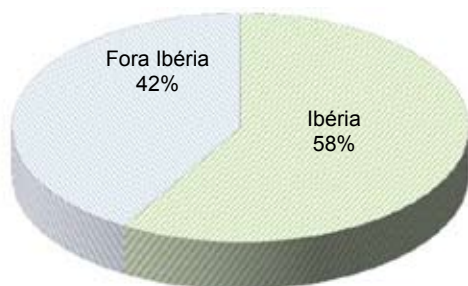
Analisando os volumes negociados numa base anual, tal como demonstrado no gráfico da Figura 5, a tendência de subida em 2013 foi consideravelmente superior à verificada de 2011 para 2012, representando cerca de 23,3% face ao ano anterior.

Figura 5 | Volume Anual Negociado em Mercado (MWh)



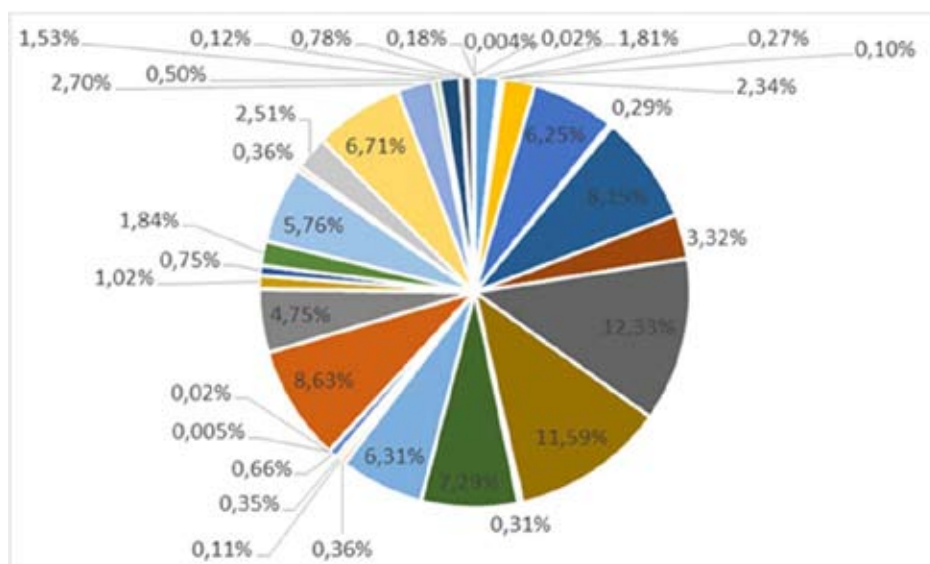
Na Figura 6 observa-se que 58% (38% em 2012) do volume total foi negociado por entidades na Península Ibérica.

Figura 6 | Quotas de Mercado por localização do Membro Negociador



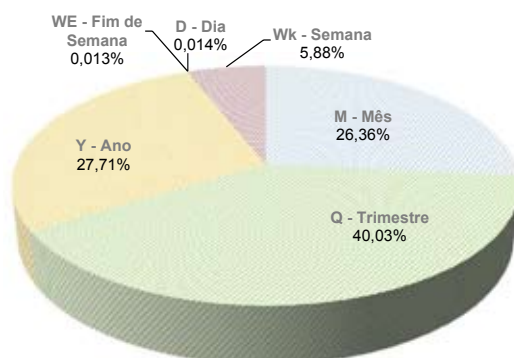
No que respeita à distribuição de quotas de mercado entre o total de membros negociadores em 2013 (ver Figura 7), o volume foi bastante repartido, sendo que os três principais participantes representaram 32,5% do total negociado. Registe-se que, esta percentagem continua a diminuir ano após ano (2013: 39,8%), evidenciando um Mercado cada vez mais maduro e com maior concorrência.

Figura 7 | Quotas de Mercado por Membro Negociador



Relativamente aos contratos listados para negociação, e em termos de energia equivalente, os Trimestrais voltaram a ser os mais transaccionados com cerca de 40% do total do portfólio disponível no OMIP, como demonstra a Figura 8, seguido pelos Anuais e pelos Mensais. Os instrumentos de curta maturidade, como não poderia deixar de ser, representam em termos de energia equivalente uma percentagem reduzida, embora em termos de liquidez e profundidade, seja de assinalar o crescimento verificado nas Semanas.

Figura 8 | Peso por volume negociado por tipo de Contrato em 2013



No Quadro 2, apresenta-se a lista de Participantes no OMIP, a 31 de Dezembro de 2013, com a indicação dos Membros Negociadores por conta própria (CP), Membros Negociadores por conta de terceiros (CT) e Intermediários de Operações Bilaterais (IOB).

Quadro 2 | Participantes do Mercado de Derivados do MIBEL

Empresa	Membro Negociador Dealer	Membro Negociador Broker	OTC Brokers
Acciona Green Energy Developments, S.L.			
AXPO Iberia, S.L.			
Banco Santander, S.A.			
Céltica Energía, S.L.			
CIMD – Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A.			
Citigroup Global Markets Ltd.			
Danske Commodities, A/S			
Deutsche Bank AG London Branch			
Dreue Electric S.L.			
E.ON Comercializadora de Último Recurso, S.L.			
E.ON Generación, S.L.			
E.ON Global Commodities SE			
EDF Trading Markets Limited			
EDP - Energias de Portugal, S.A.			
EDP - Serviço Universal, S.A.			
Elliott International, L.P.			
Endesa Energía XXI, S.L.			
Endesa Generación, S.A.			
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.			
Factor Energía, S.A.			
Fortia Energía, S.L.			
Freepoint Commodities Europe LLP			
Galp Power, S.A.			
Gás Natural SUR SDG, S.A.			
Gás Natural SDG, S.A.			
GDF Suez Trading, S.A.S.			
GeoAtlante S.L.			
Gnera Energía y Tecnología			
Goldman Sachs International			
HC Naturgas Comercializadora de Último Recurso, S.A.			
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.			
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.			
Iberdrola Generación, S.A.U.			
ICAP Energy, AS			
J.P. Morgan Securities, plc			
Merrill Lynch Commodities (Europe) Limited			
Morgan Stanley & Co. International plc.			
Nexus Energía, S.A.			
Rascasse Energy Europe Limited			
REN - Rede Electrica Nacional, S.A.			
Shell Energy Europe Ltd.			
Spectron Energy Services Limited			
Switch Energy, S.L.			
The Liverpool Limited Partnership			
Total Gas & Power Ltd.			
Tradition Financial Services Derivatives Ltd.			
Tradition Financial Services Ltd.			
TrailStone GmbH			
Tullett Prebon (Europe) Limited			
Tullett Prebon (Securities) Limited			
Vertsel Energía S.L.U.			

A distribuição geográfica dos membros, na Figura 9, mostra claramente dois pólos mais representativos. Um na Península Ibérica em que sobressaem entidades com activos e interesses na produção e comercialização de energia eléctrica e outro no Reino Unido em que se destacam maioritariamente empresas de natureza financeira.



Figura 9 | Origem dos Participantes (Dez.2013)



O Mercado de Derivados do MIBEL apresentava a 31 de Dezembro de 2013, 48 entidades na modalidade de Membro Negociador por Conta Própria, cinco entidades com capacidade para negociar por Conta de Terceiros e cinco entidades na modalidade de Intermediário de Operações Bilaterais (IOB), conforme expresso no Quadro 3.

Quadro 3 | Participantes, no final de 2013

Origem	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Espanha	24	1	1
Portugal	4	0	0
Reino Unido	11	3	3
Alemanha	3	0	0
Noruega	1	1	1
Estados Unidos	2	0	0
Bélgica	1	0	0
Dinamarca	1	0	0
Malta	1	0	0
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Ibéricos	28	1	1
Não Ibéricos	20	4	4

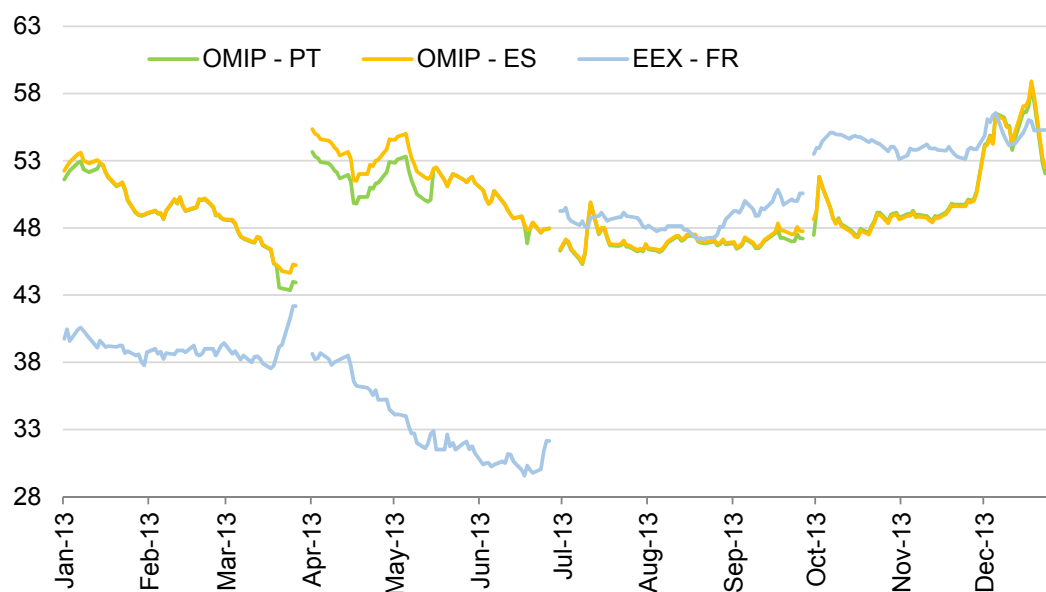
Relativamente à categoria de Membro Negociador por Conta Própria, houve uma predominância de membros ibéricos, ao passo que na modalidade de Membro Negociador por Conta de Terceiros e IOB, os membros fora da Península Ibérica continuam a ser a maioria.

Em resultado do trabalho de *marketing* desenvolvido, em 2013, Celtica Energia, S.L. (10.Abril); Switch Energy, S.L. (20.Maio); Rascasse Energy Europe Limited (28.Maio); Gnera Energía y Tecnología, S.L. (30. Maio); Freepoint Commodities Europe LLP (24.Junho); Vertsel Energía, S.L.U. (25.Junho); Elliott International, L.P. (28.Agosto); The Liverpool Limited Partnership (28.Agosto); TrailStone GmbH (27.Setembro); GeoAtlantar, S.L. (3.Outubro); Dreue Electric, S.L. (31.Outubro) e REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (19.Dezembro) foram admitidos como membros negociadores. Também nesta categoria, Electrabel N.V./S.A. (11.Fevereiro) e Alpiq Energía España, S.A.U. (31.Março) cessaram a participação.

Em termos de preços, como se observa na Figura 10, relativamente aos primeiros contratos trimestrais das duas zonas do MIBEL a cada momento listados para negociação, salta à vista a sazonalidade que caracteriza a Península Ibérica, a qual é exponenciada pelo confronto com o mercado francês, muito mais sensível a aspectos relacionados com o consumo e as tecnologias presentes no respectivo parque produtor.

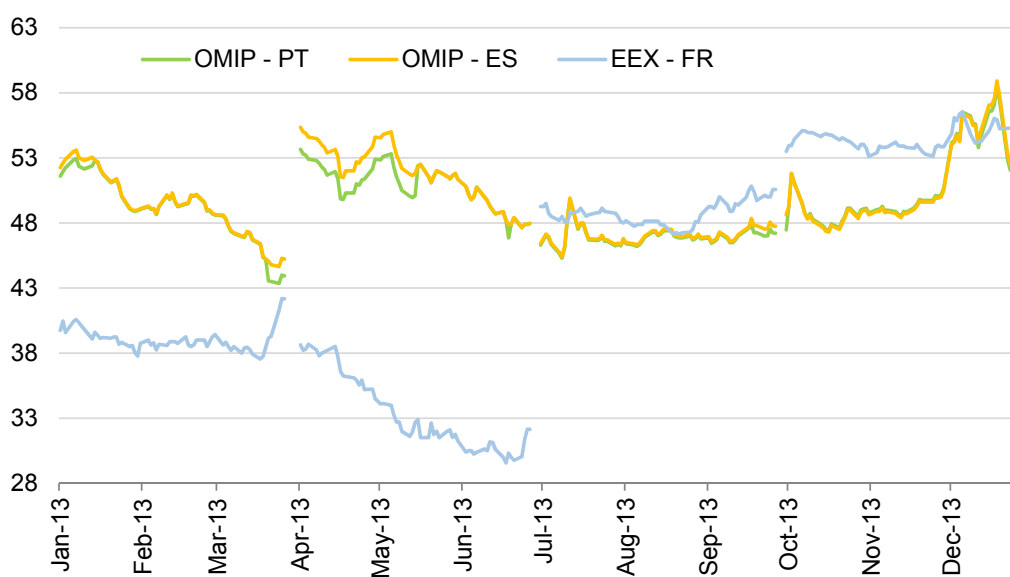
Ao longo de 2013, os contratos trimestrais atingiram o seu máximo valor no dia 19 de Dezembro, com os preços de 58,9 EUR/MWh e de 58,45 EUR/MWh, respectivamente, nas zonas espanhola e portuguesa.

Figura 10 | Evolução do preço do primeiro contrato trimestral em Negociação (€/MWh)



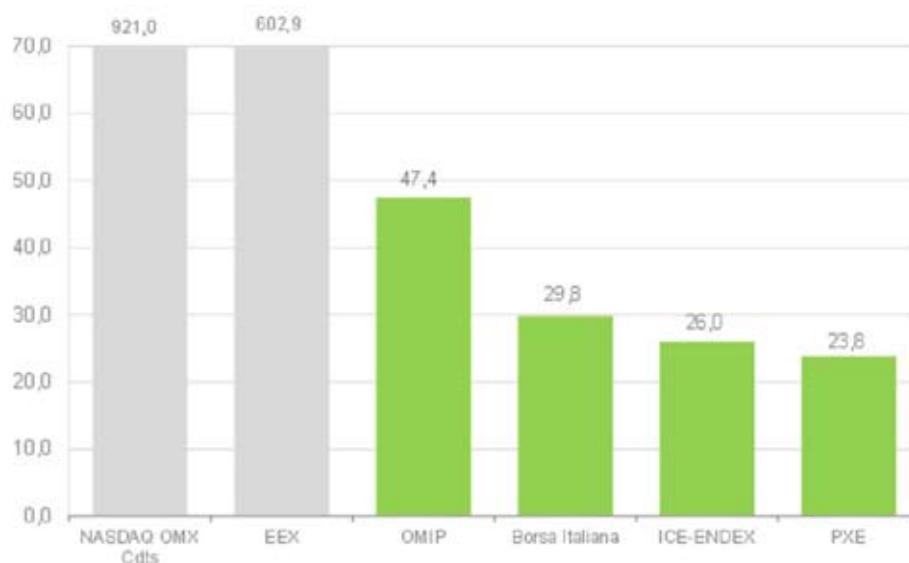
Nos contratos anuais (*cfr.* Figura 11), depois de uma tendência de descida durante o primeiro semestre, observou-se uma ligeira recuperação na segunda metade do ano. Ainda assim, as cotações máximas foram verificadas a 8 de Janeiro, de 56 EUR/MWh em Espanha e de 55,27 EUR/MWh em Portugal. Ainda assim a diferença de preços para o mercado francês manteve-se constante ao longo do ano.

Figura 11 | Evolução do preço do primeiro contrato anual em Negociação (€/MWh)



Como demonstrado na Figura 12, referente à comparação entre os volumes negociados nas várias bolsas com contratos de derivados de electricidade listados, o OMIP destacou-se na terceira posição. Os lugares cimeiros são ocupados pelas bolsas Nasdaq OMX Commodities (mercado escandinavo) e EEX (mercados Alemão e Francês), pioneiras do negócio na Europa e cujo estado de maturidade é bastante mais avançado.

Figura 12 | Comparação entre Bolsas Europeias em Volume Negociado em Contínuo (TWh)



O Quadro 4 resume alguns dos acontecimentos mais importantes que marcaram o ano de 2013.

Quadro 4 | Resumo de 2013

**01 JANEIRO** AXPO Energía Iberia (trimestres e ano), Citigroup Global Market Limited (meses e ano), Nexus Energía (meses e trimestres) e JP Morgan (semanas), são anunciados como criadores de mercado (market makers) para desenvolver actividade durante todo o ano de 2013.

**06 FEVEREIRO** Realização, em Dusseldorf, da XX reunião do Comité de Negociação e Produtos.

**21 MARÇO** Realização do sexto Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 878.400 MWh. Os preços de fecho foram 43,35 EUR/MWh e 53,20 EUR/MWh, respectivamente, para os contratos Segundo e Terceiros Trimestres 2013.

**14 JUNHO** Realização, em Londres, da XXI reunião do Comité de Negociação e Produtos.

**21 JUNHO** Realização do sétimo Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 1.540.400 MWh. Os preços de fecho foram 46,85 EUR/MWh para o contrato Terceiro Trimestre 2013, 44,90 EUR/MWh para o contrato Quarto Trimestre 2013 e 47,35 EUR/MWh para o Contrato Ano-2014.

**20 SETEMBRO** Realização do oitavo Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 1.749.600 MWh. Os preços de fecho foram 47,79 EUR/MWh para o contrato Quarto Trimestre 2013, 46,41 EUR/MWh para o contrato Primeiro Trimestre 2013 e 47,90 EUR/MWh para o Contrato Ano-2014.

**24 SETEMBRO** Pela primeira vez na história, mais de 1 TWh é negociado em contínuo numa sessão de negociação. Foram executados 62 negócios, que corresponderam a um total de energia de 1.056 GWh.

**30 SETEMBRO** O OMIP regista novo record semanal de negociação em contínuo com o total de 2.154.570 GWh, que representa um aumento de 32% face ao anterior máximo.

**18 OUTUBRO** Realização, em Lisboa, da XXII reunião do Comité de Negociação e Produtos.

---

**01 NOVEMBRO** O OMIP regista novo máximo mensal de negociação em contínuo, de 5,3 TWh, o qual representa um aumento de 8% face ao anterior record.

---

**13 DEZEMBRO** Realização do nono Leilão de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL com uma energia equivalente de 1.525.600 MWh. Os preços de fecho foram 53,80 EUR/MWh para o contrato Primeiro Trimestre 2014, 44,30 EUR/MWh para o contrato Segundo Trimestre 2014 e 50 EUR/MWh para o Contrato Ano-2014.

---

**19 DEZEMBRO** O OMIP realizou, com sucesso, o primeiro leilão de contratos financeiros de direitos de capacidade na interligação Portugal – Espanha, cujo modelo foi definido de forma harmonizado pelos reguladores sectoriais da energia dos dois países. Nove agentes adquiriram os 400 MW de capacidade disponibilizados (200 MW em cada sentido da interligação), a um preço de 0,26 EUR/MW no sentido Portugal para Espanha e a um preço de 0,16 EUR/MW no sentido Espanha para Portugal.

---

# 04

## SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante 2013 a actividade da área de sistemas de informação centrou-se em três componentes fundamentais: (i) a gestão dos contratos com fornecedores externos, de aplicações bem como de hosting dos sistemas e infra-estrutura de suporte das actividades da empresa; (ii) o desenho, especificação e implantação de novas soluções e funcionalidades e melhorias das aplicações utilizadas; (iii) o desenvolvimento de um plano de continuidade de negócio envolvendo processos, aplicações e recursos humanos.

No primeiro caso inclui-se a gestão comercial e técnica (novas versões, gestão de incidentes, etc.) de sistemas e serviços relacionados com a operação do mercado e outras actividades prestadas pelo OMIP, como: (i) o hosting da plataforma de negociação; (ii) o sistema de negociação (Trayport); (iii) a aplicação de leilões de relógio OMIPPlus-A, de suporte à realização de leilões da produção em regime especial; (iv) o website corporativo ([www.omip.eu](http://www.omip.eu)), bem como de sistemas e serviços implicados na gestão da empresa; (v) a aplicação de monitorização da actividade dos criadores de mercado; (iv) o sistema de gestão documental (Filedoc); (vii) o sistema de contabilidade e facturação (Primavera) e (viii) os vários fornecedores de serviços de comunicações.

No que respeita aos novos desenvolvimentos, salientam-se as seguintes funcionalidades mais relevantes:

- a) Desenvolvimentos internos:
  - (i) Aplicação para facilitar a elaboração de preços de referência no final de dia;
  - (ii) Implantação de mecanismo para replicação periódica de informação de negociação para o data-center de recuperação de desastre.
- b) Especificação e implantação de novas funcionalidades com recurso a fornecedores externos:
  - (i) Integração do sistema de negociação do OMIP com a infra-estrutura de Hosted Clearing Links (HCL) da Trayport com vista a facilitar o processo de registo e confirmação de negócios OTC intermediados por *brokers*. Duas entidades aderiram a este serviço que sofrerá optimizações ao processo de confirmação no primeiro trimestre de 2014;
  - (ii) Nova aplicação de leilões SMRA para licitação de espectro de frequência para a UKE (regulador de telecomunicações da Polónia), à semelhança da que foi desenvolvida para a ANACOM em 2011. Os trabalhos tiveram início no final de 2013 e apesar do período de desenvolvimento ser muito reduzido face ao volume de mudanças que foram integradas na solução, o OMIP conseguiu entregar a solução dentro do prazo estabelecido, ainda em 2013. Prevê-se que o processo seja concluído no terceiro trimestre de 2014;
  - (iii) Melhoramentos e novas funcionalidades na plataforma e-Switch, nomeadamente a melhoria de processos de reporte de informação para o regulador ERSE.

Relativamente à terceira componente, realça-se a continuidade da implantação do plano de recuperação em caso de desastre (Disaster Recovery), tanto das aplicações como dos recursos humanos. Como parte deste plano, foi efectuado com sucesso um teste ao plano de recuperação do OMIP com base na indisponibilidade do local primário. Este plano consistiu na migração da equipa de operação para o local de recuperação de desastre. A reposição da operação foi efectuada em menos de duas horas, tal como estipulado na legislação aplicável.

Todas estas modificações foram feitas num contexto de preocupação permanente em, por um lado, aumentar a eficiência empresarial e, por outro, aperfeiçoar a robustez dos sistemas, visando a melhoria da qualidade de serviço aos participantes no mercado.

## 05

## OUTRAS ACTIVIDADES



## 5.1 Leilões de Colocação de Produção em Regime Especial

Os termos e condições de realização dos Leilões de colocação de Produção em Regime Especial, publicados em Anexo à Directiva n.º 5/2011 da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), em 24 de Novembro, definem o OMIP como a entidade responsável pela organização dos leilões. Trata-se de um mecanismo regulado de venda de produção de energia eléctrica em regime especial por parte da EDP - Serviço Universal, S.A., no âmbito da função definida para o Comercializador de Último Recurso, que assume a natureza de leilões de venda de contratos de futuros com entrega na área portuguesa do Mercado Ibérico da Energia Eléctrica (MIBEL). A mencionada Directiva estabelece que os leilões obedecem ao modelo de leilão de rondas (ou leilão de relógio). Para o efeito, o OMIP decidiu incluir os leilões dentro no Mercado de Derivados do MIBEL, desenrolando-se estes no âmbito de uma sessão especial de negociação. Em 2013 realizaram-se quatro leilões que decorreram, tendo sido adquiridos todos os contratos oferecidos pelo CUR.

## 5.2 Leilões de capacidade na interligação eléctrica entre Portugal e Espanha

Na sequência da harmonização trabalhada no Conselho de Reguladores do MIBEL, os reguladores sectoriais da energia ERSE e CNMC definiram um mecanismo de gestão harmonizada da interligação Portugal – Espanha, assente na realização de leilões de contratos financeiros de direitos de capacidade (internacionalmente designados de *Financial Transmission Rights* – FTR), os quais permitem, designadamente aos comercializadores de electricidade, assegurar uma cobertura do risco de diferenças de preços entre Portugal e Espanha, em qualquer dos sentidos. Foi determinado que os leilões seriam integrados no âmbito do MIBEL e realizados na plataforma de negociação do OMIP. Atendendo a que não foi possível a publicação em Espanha, em tempo útil, do enquadramento legal e regulamentar, no primeiro leilão, realizado em Dezembro de 2013, foi colocada à negociação, exclusivamente pelo sistema eléctrico português, 200 MW de capacidade em cada um dos sentidos da interligação. Para cada um dos sentidos foi disponibilizado um contrato de opção, relativo ao primeiro trimestre de 2014.

## 5.3 Leilão de Espectro Multi-Faixa na Polónia

Tirando partido da sua elevada e diversificada experiência no desenvolvimento de soluções de mercado, em particular no capítulo dos leilões, e considerando o *know-how* adquirido em projectos similares em Portugal, o OMIP participou e apresentou em Outubro de 2013, uma proposta num concurso de contratação pública na Polónia para o sector das Telecomunicações, conduzido pela *Office of Electronic Communications* (UKE). O projecto consiste no desenvolvimento de um Sistema Electrónico de Leilões (ESA), assente num modelo simultâneo, ascendente, aberto e de múltiplas rondas, vulgarmente conhecido por SMRA, para a atribuição de direitos de utilização de frequências radioeléctricas nas bandas de 800MHz e 2.6GHz. A proposta do OMIP foi considerada a mais vantajosa e as duas entidades iniciaram imediatamente a colaboração conjunta para fixar todos os detalhes, regras e funcionalidades da nova plataforma de leilão. O desenvolvimento do projecto estará em curso durante 2014 e o leilão deverá ocorrer em meados do ano.

## 5.4 Desenvolvimento do projecto GPMC

Durante 2013, o OMIP continuou a fazer a gestão da plataforma e\_Switch, a plataforma informática desenvolvida pelo OMIP para suportar de forma célere, transparente e segura os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN – Gasodutos, S.A., entidade designada pela ERSE como responsável pela organização do procedimento de facilitação de mudança de comercializador no sector do gás. Continuaram ainda a serem implementadas uma série de importantes melhorias, entre as quais a optimização de menus, o envio automático de e-mails pelo sistema e o desenvolvimento de novos reportes estatísticos para a ERSE.

# 06

## PERSPECTIVAS PARA 2014

O ano de 2014 volta a ser de grandes desafios para o OMIP.

No plano institucional porque urge aprofundar o seu funcionamento integrado no contexto OMI, devendo fornecer um conjunto de vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes e permitir manter o crescimento do volume negociado, o que aliás tem acontecido, consecutivamente, desde a sua criação em 2006.

Relativamente ao desenvolvimento do negócio, espera-se:

- O crescimento dos volumes negociados e do número de participantes no Mercado, atento o interesse que este continua a despertar, em particular, em entidades gestoras de fundos de investimento e em intermediários financeiros,
- Que a manutenção do actual estado da situação económica e financeira continue a abrir oportunidades de negócio ao OMIP, em especial, o aumento da procura de soluções de cobertura de risco, potenciando o negócio da sua participada OMIClear como a principal referência e recurso no que concerne à compensação das operações realizadas fora de bolsa, de molde a eliminar os riscos de contraparte e de crédito;
- Continuar com a organização de Leilões de direitos financeiros sobre capacidade interligação Portugal-Espanha;
- A realizaçãoContinuar com a organização de Leilões de colocação de PRE para a zona Portuguesa do MIBEL;
- Aproveitar a experiência adquirida no âmbito do gás natural, de modo a permitir ao OMIP legítimas aspirações em ser uma entidade relevante no processo de liberalização do sector do gás natural na Península Ibérica.

Assim, o OMIP continuará a actuar com elevados padrões de eficiência e de inovação, procurando satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e a exigência do sector de negócio onde a empresa está inserida.

Em termos de cooperação internacional, o OMIP continuará a participar activamente nas actividades desenvolvidas pelos diversos organismos internacionais, dos quais é parte.

07

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; deliberou propor que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no valor positivo de 595 329,47 EUR (quinhentos e noventa e cinco mil trezentos e vinte e nove euros e quarenta e sete cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal .....	59 532,95 EUR
Distribuição de Dividendos .....	535 796,52 EUR

Lisboa, 23 de Abril de 2014

## O Conselho de Administração,

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Pedro Jesus Mejía Gómez

**Abengoa, S.A.**

*Ana Raquel Díaz Vázquez*

**E.ON España, S.L.**

*Javier Anzola Pérez*

**EDP – Energias de Portugal, S.A.**

*Carlos Manuel Sola Pereira da Mata*

**Endesa Generación Portugal, S.A.**

*Adolfo Javier de Rueda Villén*

**Gas Natural, SDG, S.A.**

*Rosa María Sanz García*

**Iberdrola Generación, S.A.**

*Rodolfo Martínez Campillo*

**Parcaixa, SGPS, S.A.**

*Paulo Alexandre da Rocha Henriques*

**REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

*Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara*



**ACCIONISTAS, ÓRGÃOS SOCIAIS,  
COMITÉ DE ÉTICA E PARTICIPADA**

## 8.1 Accionistas

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (50%)

OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (50%)

## 8.2 Órgãos Sociais

(Triénio 2012 – 2014)

### Mesa da Assembleia Geral

Rafael Lapeña Galán.....Presidente  
Pedro Filipe Raio Félix.....Secretário

### Conselho de Administração

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto.....Presidente  
Pedro Jesus Mejía Gómez .....Vice Presidente

Abengoa, S.A. (Ana Raquel Díaz Vázquez) .....Vogal  
E.ON España, S.L. (Javier Anzola Pérez) .....Vogal  
EDP – Energias de Portugal, S.A. (Carlos Manuel Sola Pereira da Mata).....Vogal  
Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén) .....Vogal  
Gas Natural, SDG, S.A. (Rosa María Sanz García) .....Vogal  
Iberdrola Generación, S.A. (Rodolfo Martínez Campillo) .....Vogal  
Parcaixa, SGPS, S.A. (Paulo Alexandre da Rocha Henriques).....Vogal  
REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara) .....Vogal

Pedro Filipe Raio Félix .....Secretário  
Rafael Cayetano Ramos Gil .....Secretário Suplente

### Órgão de Fiscalização/Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. (SROC).....Efectivo  
José Manuel Henriques Bernardo (ROC) .....Suplente

### Comissão de Remunerações

Emilio Recoder de Casso.....Presidente  
Vitor José Lilaia da Silva .....Vogal  
Juan Luis Lopez Cardenente .....Vogal  
Pedro Cabral Nunes .....Vogal

## 8.3 Participada

OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A. - Participação de 50% no capital social de 7 500 000,00 EUR.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
E ANEXOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**



## Balanço individual

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2013	31-12-2012
<b>Activo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	123.358	239.958
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	7	5.540.424	3.970.144
Activos por impostos diferidos	8	-	-
		<b>5.663.782</b>	<b>4.210.102</b>
<b>Corrente</b>			
Clientes		304.837	47.251
Estado e outros entes públicos	9	-	-
Outras contas a receber	10	721.779	279.455
Activos por impostos diferidos	8	-	-
Diferimentos		33.617	23.316
Caixa e depósitos bancários	4	1.283.742	1.075.345
		<b>2.343.975</b>	<b>1.425.367</b>
<b>Total do activo</b>		<b>8.007.757</b>	<b>5.635.469</b>
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital realizado	11	2.500.000	2.500.000
Prémio de emissão		1.193.711	1.193.711
Reservas legais	12	105.812	27.026
Resultados transitados		1.025.810	316.733
Ajustamentos em activos financeiros		1.114.928	-
		<b>5.940.262</b>	<b>4.037.470</b>
Resultado líquido do período		595.329	787.864
<b>Total do capital próprio</b>		<b>6.535.591</b>	<b>4.825.334</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	13	5.195	10.748
		<b>5.195</b>	<b>10.748</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	13	214.651	225.679
Adiantamentos de clientes		-	73.756
Estado e outros entes públicos	9	190.985	94.099
Financiamentos obtidos	13	5.553	20.621
Passivos por impostos diferidos	8	-	-
Outras contas a pagar	13	1.055.781	378.231
Diferimentos		-	7.001
		<b>1.466.970</b>	<b>799.387</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.472.165</b>	<b>810.135</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>8.007.757</b>	<b>5.635.469</b>

## Demonstração individual dos resultados

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2013	31-12-2012
Vendas e serviços prestados	14	2.115.742	1.715.088
Ganhos/ perdas inputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6	455.352	866.300
Fornecimentos e serviços externos	15	(743.797)	(813.399)
Gastos com o pessoal	16	(1.365.035)	(1.248.868)
Outros rendimentos e ganhos	18	633.725	641.698
Outros gastos e perdas	17	(324.865)	(255.470)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>771.123</b>	<b>905.350</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização		(118.379)	(132.242)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>652.744</b>	<b>773.108</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	19	33.257	21.433
Juros e gastos similares suportados	19	(613)	(7.300)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>685.388</b>	<b>787.241</b>
Imposto sobre o rendimento do período	20	(90.058)	623
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>595.329</b>	<b>787.864</b>

## Demonstração das alterações dos capitais próprios

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital						Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2012	2.500.000	1.193.711	18.820	242.879	-	82.059	4.037.470
Total do rendimento do período	-	-	-	-	-	787.864	787.864
Aumento por aplicação de resultados	-	-	8.206	73.853	-	(82.059)	-
<b>A 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>2.500.000</b>	<b>1.193.711</b>	<b>27.026</b>	<b>316.733</b>	<b>-</b>	<b>787.864</b>	<b>4.825.334</b>

	Capital próprio atribuído aos detentores de capital						Total
	Capital Social	Prémios de Emissão	Reserva Legal	Resultados Acumulados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Resultado Exercício	
A 1 de Janeiro de 2013	2.500.000	1.193.711	27.026	316.733	-	787.864	4.825.334
Total do rendimento do período	-	-	-	-	-	595.329	595.329
Aumento por investimento	-	-	-	-	1.114.928	-	1.114.928
Aumento por aplicação de resultados	-	-	78.786	709.078	-	(787.864)	-
<b>A 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>2.500.000</b>	<b>1.193.711</b>	<b>105.812</b>	<b>1.025.810</b>	<b>1.114.928</b>	<b>595.329</b>	<b>6.535.591</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	1.735.102	2.532.381
Pagamentos a fornecedores	(1.154.134)	(1.021.343)
Pagamentos ao pessoal	(1.091.849)	(1.026.968)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(510.881)</b>	<b>484.070</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(16.175)	(20.158)
Outros recebimentos/pagamentos	713.247	455.223
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>	<b>186.192</b>	<b>919.134</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(2.020)	(580)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	50
Juros e rendimentos similares	24.801	14.586
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>22.781</b>	<b>14.056</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	(21.473)
Juros e gastos similares	(575)	(581)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(575)</b>	<b>(22.054)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	208.398	911.136
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.075.345	164.208
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.283.742	1.075.345
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES</b>		
Numerário	1.889	1.339
Dep. bancários imediatam. mobilizáv. e equiv. a caixa	211.853	74.005
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	211.853	74.005
Depósitos a prazo	1.070.000	1.000.000
Outras diponibilidades		
<b>Diponibilidades constantes do Balanço</b>	<b>1.283.742</b>	<b>1.075.345</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### 1 Informação geral

O OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A., foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de Junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respectiva escritura pública sido assinada em 16 de Junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua actividade em 10 de Dezembro de 2003, tendo por objecto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transacções e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Electricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transacções padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema eléctrico.

Desde 18 de Outubro de 2011, o capital do OMIP, passou a ser detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A..

Até 12 de Setembro de 2013, o OMIP deteve a totalidade das acções representativas do capital social da empresa, OMIClear - Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A., que tem como objecto social a gestão de uma câmara de compensação com assunção de contraparte central e de um sistema de liquidação.

Na data acima referida, mediante a realização de um aumento de capital, subscrito na íntegra pelo OMI – Polo Español, S.A. (OMIE), no montante de 6 200 000 EUR, dos quais 3 000 000 EUR se destinaram a capital social e o remanescente, no montante de 3 200 000 EUR, a prémios de emissão de acções; esta sociedade passou a deter 50% das acções representativas do capital social da OMIClear. Esta transacção originou um ajustamento em activos financeiros no OMIP, que passou a deter 50% da OMIClear.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da administração, na reunião de 23 de Abril de 2014.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas à data de 1 de Janeiro de 2009.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas tendo adoptado o Euro como moeda de referência.

### 3 Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Participações financeiras - Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespases, são reflectidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respectivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa

### 3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	ANOS
Equipamento de Transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas no final do ano para cada activo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 3.3. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objectivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os activos financeiros podem ser classificados como:

- a) Activos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os activos financeiro não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e activos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Activos financeiros disponíveis para venda – incluem os activos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transacção, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o activo.

Compras e vendas de investimentos em activos financeiros são registadas na data da transacção, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o activo.

Activos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transacção reconhecidos em resultados. Estes activos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de activos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado activo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transacções recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “*cash-flows*” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “Outras contas a receber”. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efectuado quando existe evidência objectiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transacções que lhe deram origem.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.5. Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### 3.6. Passivos Financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

### 3.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Nos exercícios de 2012 e 2013, os pagamentos por conta foram registados nas contas da empresa e serão deduzidos ao imposto a pagar.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou (ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: (i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e (ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

### 3.8. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### 3.9. Rédito

O rédito compreende o justo valor, recebido ou a receber, da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

As prestações de serviços são reconhecidas no período a que respeitam, tal como preconiza o princípio contabilístico da especialização do exercício.

### 3.10. Especialização de exercícios

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos nas rubricas de Contas a Receber e Contas a pagar.

## 4 Fluxos de caixa

### 4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os exercícios apresentados.

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	1.889	1.339
Depósitos bancários	1.281.853	1.074.005
	<u>1.283.742</u>	<u>1.075.345</u>



O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 é como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	<u>1.889</u>	<u>1.339</u>
	<b>1.889</b>	<b>1.339</b>
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	211.853	74.005
- Depósitos a prazo	<u>1.070.000</u>	<u>1.000.000</u>
	<b>1.281.853</b>	<b>1.074.005</b>
	<u><b>1.283.742</b></u>	<u><b>1.075.345</b></u>

## 5 Activos fixos tangíveis

O movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2012 reflectiu os valores dispostos na tabela seguinte:

### Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2012

	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Activos em Curso</u>	<u>Total</u>
<b>1 de Janeiro de 2012</b>				
Custo de aquisição	170.000	1.541.900	175.150	1.887.050
Depreciações acumuladas	<u>(40.750)</u>	<u>(1.485.224)</u>	-	<u>(1.525.974)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>129.250</b></u>	<u><b>56.676</b></u>	<u><b>175.150</b></u>	<u><b>361.076</b></u>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>				
Adições	-	11.124		11.124
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	175.150	(175.150)	-
Depreciação - exercício	<u>(42.792)</u>	<u>(89.451)</u>	-	<u>(132.242)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>(42.792)</b></u>	<u><b>96.823</b></u>	<u><b>(175.150)</b></u>	<u><b>(121.118)</b></u>
<b>31 de Dezembro de 2012</b>				
Custo de aquisição	170.000	1.728.174	-	1.898.174
Depreciações acumuladas	<u>(83.542)</u>	<u>(1.574.674)</u>	-	<u>(1.658.216)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>86.458</b></u>	<u><b>153.500</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>239.958</b></u>

Por sua vez, o movimento nos activos fixos tangíveis no período findo em 31 de Dezembro de 2013 apresentou os seguintes valores:

### Movimentos nos activos fixos tangíveis – 2013

	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Activos em Curso</u>	<u>Total</u>
<b>1 de Janeiro de 2013</b>				
Custo de aquisição	170.000	1.728.174	-	1.898.174
Depreciações acumuladas	<u>(83.542)</u>	<u>(1.574.674)</u>	-	<u>(1.658.216)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>86.458</b></u>	<u><b>153.500</b></u>	-	<u><b>239.958</b></u>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>				
Adições	-	1.778		1.778
Depreciação - exercício	<u>(42.500)</u>	<u>(75.879)</u>	-	<u>(118.379)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>(42.500)</b></u>	<u><b>(74.101)</b></u>	-	<u><b>(116.601)</b></u>
<b>31 de Dezembro de 2013</b>				
Custo de aquisição	170.000	1.729.952	-	1.899.952
Depreciações acumuladas	<u>(126.042)</u>	<u>(1.650.553)</u>	-	<u>(1.776.595)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>43.958</b></u>	<u><b>79.399</b></u>	-	<u><b>123.358</b></u>

## 6 Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, a empresa manteve os seguintes bens em regime de locação financeira:

	<u>2013</u>			<u>2012</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação/ perdas imp. acumuladas</u>	<u>Quantia escriturada</u>	<u>Quantia escriturada</u>
Equipamento de transporte	100.000	(89.583)	10.417	43.054
	<u>100.000</u>	<u>(89.583)</u>	<u>10.417</u>	<u>43.054</u>

## 7 Participações financeiras – Método de Equivalência Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2013 o investimento na empresa associada manteve-se inalterado, conforme se pode verificar na tabela seguinte:

	<u>% detida</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
OMIClear	50,00%	7.500.000	3.000.000
<b>Total</b>		<u><b>7.500.000</b></u>	<u><b>3.000.000</b></u>

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012
	OMICLEAR	OMICLEAR
<b>Activos</b>		
Não correntes	418.985	63.794
Correntes	183.885.831	168.305.991
	<u>184.304.816</u>	<u>168.369.785</u>
<b>Passivos</b>		
Não correntes	-	-
Correntes	173.223.967	164.399.641
	<u>173.223.967</u>	<u>164.399.641</u>
<b>Capital Próprio</b>	<u>11.080.848</u>	<u>3.970.144</u>
	11.080.848	3.970.144
<b>Actividade no ano</b>		
Rendimentos	3.511.366	2.891.077
Gastos	(2.600.662)	(2.024.776)
Resultado líquido	<u>910.704</u>	<u>866.300</u>
% participação detida	50%	100%
	<u>455.352</u>	<u>866.300</u>

A movimentação da participação financeira entre 1 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2013 apresentou os seguintes detalhes:

	OMICLEAR
<b>1 de Janeiro de 2012</b>	3.103.844
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	866.300
Outros movimentos no Capital	-
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
<b>31 de Dezembro de 2012</b>	<u>3.970.144</u>
Aquisições	-
Ganhos / (Perdas)	455.352
Outros movimentos no Capital	1.114.928
Alienações	-
Dividendos recebidos	-
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	<u>5.540.424</u>

## 8 Activos e passivos por Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue.

### Impostos Diferidos Activos

	Desvios Tarifários	Prejuízo Fiscal	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2012</b>	40.565	34.350	74.915
<b>Período findo em 31 de Dezembro</b>			
Constituição por resultados	-	-	-
<b>Movimento do período</b>	<u>(40.565)</u>	<u>(34.350)</u>	<u>(74.915)</u>
<b>A 31 de Dezembro de 2012</b>	-	-	-

## Impostos Diferidos Passivos

	Desvios Tarifários
A 1 de Janeiro de 2012	116.109
Período findo em 31 de Dezembro	
Movimentos do período	(116.109)
A 31 de Dezembro de 2012	-

Durante o ano de 2013, o OMIP, não recebeu qualquer montante a título de tarifa..

## 9 Estado e outros entes públicos

	31-12-2013		31-12-2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/ rendimento	-	65.617	-	30.778
Retenção de impostos s/rendimento		25.083		29.413
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	81.522	-	18.120
Contribuições p/ segurança social	-	18.763	-	15.788
	<b>0</b>	<b>190.985</b>	<b>0</b>	<b>94.099</b>

	2013	2012
Pagamentos por conta	16.175	4.931
Retenções na fonte	8.267	4.862
Estimativa de IRC	(90.058)	(40.571)
<b>Total</b>	<b>(65.617)</b>	<b>(30.778)</b>

## 10 Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe da rubrica de “Outras contas a receber” é o seguinte:

	31-12-2013		31-12-2012	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Adiantamentos ao Pessoal	13.951	13.951	3.737	3.737
<b>Outros devedores</b>				
REN - Rede Eléctrica Nacional	-	-	6.500	6.500
REN Serviços	5.250	5.250	-	-
REN Gasodutos	21.516	21.516	-	-
OMIClear	478.364	478.364	188.489	188.489
OMIP SGPS	136.085	136.085	33.756	33.756
Outros devedores	12.957	12.957	519	519
<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
Acréscimo de rendimento	53.655	53.655	46.454	46.454
<b>Outras contas a receber</b>	<b>721.779</b>	<b>721.779</b>	<b>279.455</b>	<b>279.455</b>

## 11 Capital social

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social do OMIP, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 250 000 acções com o valor nominal de 10 EUR cada.

## 12 Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Não obstante o acima exposto, o Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Mercado Regulamentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, prevê no n.º 3 do artigo 40.º, como regra prudencial relativamente à constituição de reserva legal, a obrigatoriedade de constituir anualmente uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados pela sociedade gestora de mercado regulamentado, salvo se já tiver sido atingido o valor do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2013 a reserva legal ascendia a 105 812 Euros.

## 13 Fornecedores e outras contas a pagar

A decomposição da rubrica de Fornecedores e outras contas a pagar, em 31 de Dezembro de 2013 apresenta os seguintes dados:

	31-12-2013			31-12-2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<b>Fornecedores</b>						
	214.651	-	214.651	225.679	-	225.679
	<b>214.651</b>	<b>-</b>	<b>214.651</b>	<b>225.679</b>	<b>-</b>	<b>225.679</b>
<b>Fianciamentos</b>						
Fianciamentos obtidos	5.553	5.195	10.748	20.621	10.748	31.369
	<b>5.553</b>	<b>5.195</b>	<b>10.748</b>	<b>20.621</b>	<b>10.748</b>	<b>31.369</b>
<b>Outros Credores</b>						
Pessoal	2.142	-	2.142	-	-	-
REN SGPS	-	-	-	8.856	-	8.856
OMIP SGPS	43.886	-	43.886	3.496	-	3.496
OMIClear	478.267	-	478.267	80.067	-	80.067
REN Armazem	53.325	-	53.325	53.325	-	53.325
Outros credores	62.389	-	62.389	34.216	-	34.216
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>						
Férias e Sub. Férias	287.742	-	287.742	148.055	-	148.055
Senhas de presença	40.043	-	40.043	-	-	-
Outros	87.987	-	87.987	50.216	-	50.216
<b>Total</b>	<b>1.055.781</b>	<b>-</b>	<b>1.055.781</b>	<b>378.231</b>	<b>-</b>	<b>378.231</b>

## 14 Vendas e Prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2013, os rendimentos com prestações de serviços apresentam a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Serviços prestados do Gás Natural	394.959	300.919
Serviços prestados da Electricidade	75.000	130.000
Fees admissão e manutenção	377.822	
Fees variáveis	897.596	
Licenças	126.851	1.203.775
Outros serviços	243.515	80.395
	<u>2.115.742</u>	<u>1.715.088</u>

Os “Serviços de Sustentação do Sistema Gestão” foram em 2013 registados na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Na rubrica “Outros Serviços”, estão incluídos os fees de negócio facturados á Omiclear. Este valor é cobrado, pelo facto de todos os negócios do OMIP serem compensados pela OMIClear.

## 15 Fornecimentos e serviços externos

Apresenta-se na tabela abaixo o detalhe dos custos incorridos com fornecimentos e serviços externos em 2012 e 2013:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Custos com trabalhos especializados	486.505	560.393
Deslocações e estadas	17.043	37.565
Comunicação	8.630	14.287
Despesas de representação	120.363	86.132
Honorários	10.433	12.447
Seminários e congressos	-	5.038
Condominio	4.897	8.612
Energia e fluidos	11.635	8.061
Materiais	26.907	32.526
Seguros	4.951	6.054
Rendas e alugueres	37.275	29.816
Conservação e reparação	6.689	2.937
Outros ( inferiores a 5.000 €)	8.469	9.530
	<u>743.797</u>	<u>813.399</u>

A rubrica mais relevante dos Fornecimentos são os trabalhos especializados que incluem (i) trabalhos de manutenção de sistemas e acessos a plataformas informáticas e (ii) fees de gestão que compensam dentro do grupo o esforço dedicado pelos restantes colaboradores do grupo à OMIP.

## 16 Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, a empresa assumiu os seguintes “Gastos com o pessoal”:

	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos órgãos sociais	424.464	433.713
Remunerações do pessoal	648.548	632.076
Indemnizações	111.939	-
Encargos s/ remunerações	164.585	165.773
Seguros de acid. Trab. Doenças profissionais	15.338	15.586
Custos de acção social	107	357
Outros custos	55	1.362
	<b>1.365.035</b>	<b>1.248.868</b>

O número médio de empregados em 2013 foi de 9 (2012:7).

## 17 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas pode ser desdobrada da seguinte forma:

	31-12-2013	31-12-2012
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>9.619</b>	<b>12.871</b>
- Imposto sobre valor acrescentado	9.074	11.197
- Imposto de selo	52	396
- Taxas	22	373
- Outros	471	906
Correções relat exercicios anteriores	73	6.515
Donativos	2.000	-
Quotizações	20.382	19.528
Insuf estim p/impostos	6.410	5.049
Operações de mercado	257.869	179.388
Outros	28.512	32.119
	<b>324.865</b>	<b>255.470</b>

A rubrica Operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (*market makers*). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas do mercado. A variação registada resulta de renegociações de comissões ocorridas no exercício.

A rubrica “Quotizações” inclui os custos que a empresa assumiu durante 2013 por ser associada de entidades do sector, como a APE (*Association of Power Exchanges*) e o EUROPEX, entre outras.

## 18 Outros rendimentos e ganhos

	31-12-2013	31-12-2012
Proveitos em imobilizações	-	130
Proveitos em correcções exercícios anteriores	192	21.619
Fees de gestão	623.785	583.667
Desempenho carg. Sociais noutras empresas	-	50
Outros proveitos	9.748	36.233
	<b>633.725</b>	<b>641.698</b>

A rubrica “Fees de Gestão” inclui os valores debitados pelo OMIP às empresas do grupo, pelo facto de disponibilizar Recursos Humanos para serem afectos a trabalhos decorrentes da actividade dessas empresas.

## 19 Gastos e rendimentos financeiros

Durante o ano de 2013, a empresa obteve um rendimento superior ao verificado em 2012, relativamente às aplicações financeiras. Nesta matéria, os rendimentos e gastos assumidos em 2012 e 2013 apresentaram as seguintes diferenças:

	31-12-2013	31-12-2012
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros obtidos depósitos à ordem	33.257	20.316
Diferenças câmbio favoráveis	-	1.117
	<b>33.257</b>	<b>21.433</b>
<b>Juros e gastos similares</b>		
Diferenças câmbio desfavoráveis	-	(5.510)
Juros contrato leasing	(533)	(1.299)
Juros de acordos	-	(448)
Serviços bancários	(42)	(5)
Outros	(38)	(38)
	<b>(613)</b>	<b>(7.300)</b>
	<b>32.644</b>	<b>14.133</b>

## 20 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

Imposto s/ rendimento corrente	90.058	40.571
Imposto s/ rendimento diferido	-	(41.194)
<b>Total</b>	<b>90.058</b>	<b>(623)</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi de 26,5% (2012: 26,5%).

	31-12-2013	31-12-2012
Resultado antes de Imposto	685.388	787.241
Taxa de Imposto	26,5%	26,5%
	<b>181.628</b>	<b>208.619</b>
Custos não dedutíveis	5.713	307.715
Rendimentos não tributáveis	(120.946)	(875.243)
Tributação autónoma	23.664	14.077
	<b>90.058</b>	<b>(344.831)</b>
Imposto s/ rendimento corrente	90.058	40.571
Imposto s/ rendimento diferido	-	(41.194)
Imposto s/ rendimento	<b>90.058</b>	<b>(623)</b>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>13,14%</b>	<b>-0,08%</b>



A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras manteve-se inalterada.

	31-12-2013	31-12-2011
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<b>26,50%</b>	<b>26,50%</b>

## 21 Transacções com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2013, o OMIP era detido em 50% pelo OMIP SGPS e em 50% pelo OMEL. A lista das entidades relacionadas é a seguinte:

### Entidades relacionadas

#### Accionistas

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.  
 OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.  
 EDP – Energias de Portugal, S.A.  
 Parcaixa, SGPS, S.A.  
 Endesa Generación Portugal, S.A.  
 Abengoa, S.A.  
 Asociación Española de la Industria Eléctrica (UNESA)  
 Bolsas y Mercados Españoles, Sociedad Holding de Mercados y Sistemas Financieros, S.A.  
 E.ON España, S.L.U.  
 Gas Natural, SDG, S.A.  
 Iberdrola, S.A.  
 Fundo de Pensões do Grupo BCP, representado por PENSÕESGERE - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

#### Empresas do Grupo

OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A.  
 OMI – Polo Español, S.A. (OMIE)  
 MIBGAS, S.A.  
 OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C., S.A.  
 OMEL Diversificación, S.A.U.  
 OMEL Mercados, A.V., S.A.

#### Outras Partes Relacionadas

REN -Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA  
 REN - Rede Eléctrica Nacional, SA  
 REN Armazenagem, SA  
 REN Serviços, SA  
 Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Durante o exercício, a Empresa efectuou as seguintes transacções com aquelas partes relacionadas:

### 21.1. Rendimentos – Empresas relacionadas

	31-12-2013	31-12-2012
<b>Prestação de Serviços</b>		
REN - Rede Eléctrica Nacional	-	138.000
REN - Gasodutos	203.340	370.130
REN Serviços	146.078	-
OMIP SGPS	181.068	147.496
OMIClear	586.694	394.106
	<b>1.117.180</b>	<b>1.049.733</b>

## 21.2. Gastos – Empresas relacionadas

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b>Compras de Serviços</b>		
OMIClear	131.637	127.556
OMIP SGPS	9.429	
REN Serviços	6.495	6.495
	<u>6.495</u>	<u>6.495</u>

## 21.3. Remuneração do Conselho de Administração

Durante o período findo em 31 de Dezembro 2013, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b>Orgãos Sociais</b>		
Salários e outros benefícios de curto prazo	424.464	433.713
	<u>424.464</u>	<u>433.713</u>

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2013, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são:

## 21.4. Saldos com partes relacionadas - Empresas do Grupo

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
<b>Cientes e outras contas a receber</b>		
REN - Rede Eléctrica Nacional	-	43.611
REN Serviços	5.250	-
REN Gasodutos	21.516	-
OMIP SGPS	136.085	33.756
OMIClear	478.364	187.614
	<u>641.216</u>	<u>264.981</u>
 <b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>		
REN - Redes Energéticas Nacionais SGPS	-	(8.856)
REN Armazenagem	(53.325)	(53.325)
OMIP SGPS	(43.886)	(3.496)
OMIClear	(478.267)	(80.067)
	<u>(575.477)</u>	<u>(145.743)</u>

## 22. Contingências

À data de 31 de Dezembro de 2013 não existe conhecimento de qualquer contingência ou compromisso assumido.

## 23. Eventos Subsequentes

Não se verificaram factos relevantes após a data do balanço.

Lisboa, 23 de Abril de 2014

O Técnico de contas, n.º 30375,

*Maria Teresa Rodrigues Martins*

**O Conselho de Administração,**

José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto

Pedro Jesus Mejía Gómez

Abengoa, S.A.

*Ana Raquel Díaz Vázquez*

E.ON España, S.L.

*Javier Anzola Pérez*

EDP – Energias de Portugal, S.A.

*Carlos Manuel Sola Pereira da Mata*

Endesa Generación Portugal, S.A.

*Adolfo Javier de Rueda Villén*

Gas Natural, SDG, S.A.

*Rosa María Sanz García*

Iberdrola Generación, S.A.

*Rodolfo Martínez Campillo*

Parcaixa, SGPS, S.A.

*Paulo Alexandre da Rocha Henriques*

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

*Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara*

# 10

## ANEXOS

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras de OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 8.007.757 euros e um total de capital próprio de 6.535.591 euros, incluindo um resultado líquido de 595.329 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**Opinião**

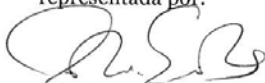
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

29 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados  
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



### **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2 Desde a nossa nomeação acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

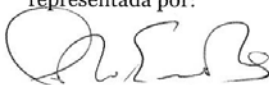
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados  
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.







OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.  
Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa - Portugal  
[www.omip.eu](http://www.omip.eu) // [omip@omip.pt](mailto:omip@omip.pt)  
Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001